

MARCUS VINICIUS KIYOSHI ONODERA

# **GERENCIAMENTO DO PROCESSO E O ACESSO À JUSTIÇA**



Belo Horizonte  
2017



Copyright © 2017 Editora Del Rey Ltda.

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

**EDITORA DEL REY LTDA**  
[www.delreynonline.com.br](http://www.delreynonline.com.br)

**Editor:** Arnaldo Oliveira

**Editor Adjunto:** Ricardo A. Malheiros Fiuza

**Editora Assistente:** Waneska Diniz

**Diagramação:** Alfstudio

**Revisão:** RESPONSABILIDADE DO AUTOR

**Capa:** Alfstudio

**Conselho Editorial:**

Alice de Souza Birchall  
 Antônio Augusto Cançado Trindade  
 Antonio Augusto Junho Anastasia  
 Antônio Pereira Gaio Júnior  
 Aroldo Plínio Gonçalves  
 Carlos Alberto Penna R. de Carvalho  
 Dalmar Pimenta  
 Edelberto Augusto Gomes Lima  
 Edésio Fernandes  
 Felipe Martins Pinto  
 Fernando Gonzaga Jayme  
 Hermes Vilchez Guerrero  
 José Adércio Leite Sampaio  
 José Edgard Penna Amorim Pereira  
 Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior  
 Misabel Abreu Machado Derzi  
 Plínio Salgado  
 Rénan Kfuri Lopes  
 Rodrigo da Cunha Pereira  
 Sérgio Lellis Santiago

**Editora / MG**

Rua dos Goitacases, 71 – Centro  
 Belo Horizonte-MG – CEP 30190-050  
 Tel.: (31) 3284-5845 – 3284-3284  
[editora@delreynonline.com.br](mailto:editora@delreynonline.com.br)

0589g

Onodera, Marcus Vinicius Kiyoshi  
 Gerenciamento do processo e acesso à justiça. / Marcus Vinicius  
 Kiyoshi Onodera. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

XVIII + 216 p.  
 ISBN: 978-85-384-0497-2

1. Brasil. [Código de processo civil (2015)]. 2. Processo civil, direito comparado. 3. Administração da justiça, direito comparado. 4. Acesso à justiça. 5. Common law. 6. Direito anglo-saxônico. 7. Direito romano. I. Título.

CDU: 347.9

1105389

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. CRISE DE EFETIVIDADE DO PROCESSO.....</b>	<b>5</b>
1.1. CONTEXTO HISTÓRICO .....	6
1.2. POSSÍVEIS CAUSAS DA CRISE DE EFETIVIDADE .....	6
1.3. CAUSAS SUBJETIVAS.....	8
1.4. CAUSAS OBJETIVAS .....	10
1.4.1. Fatores culturais .....	10
1.4.2. Administração judiciária.....	16
1.4.3. Inadequação dos instrumentos processuais .....	16
1.5. NOTAS CONCLUSIVAS.....	17
<b>2. O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA (ACESSO À JUSTIÇA) .....</b>	<b>19</b>
2.1. REFORMAS PROCESSUAIS E A INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO .....	21
2.2. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004 E RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO .....	22
2.3. NOTAS CONCLUSIVAS.....	24
<b>3. AS DIFERENTES PORTAS DE ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA. MICROSSISTEMAS MOLECULARES.....</b>	<b>25</b>
3.1. JUIZADOS ESPECIAIS DE PEQUENAS CAUSAS AOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	26
3.2. LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	30
3.3. MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (ADR) E A RESOLUÇÃO N. 125/10, CNJ .....	36
3.4. NOTAS CONCLUSIVAS.....	39

<b>4. OS MODELOS DE GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT) AO REDOR DO MUNDO .....</b>	<b>43</b>
4.1. DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS RELEVANTES ENTRE PAÍSES DE CIVIL LAW E DE COMMON LAW .....	43
4.1.1. Doutrina de precedentes nos países de Common Law e CPC/2015 .....	45
4.1.2. Diferenças na metodologia de ensino nos países de Civil Law e de Common Law.....	48
4.2. DEFINIÇÃO. TRAÇOS COMUNS .....	49
4.3. ESTUDO COMPARATIVO .....	50
4.3.1. Modelo português.....	50
4.3.2. Modelo alemão (“Modelo de Stuttgart”).....	58
4.3.3. Modelo japonês .....	62
4.3.3.1. Escorço histórico: do <i>benrokenwakai</i> ao “Modelo de Stuttgart” .....	62
4.3.3.2. O “Modelo de Stuttgart” e as audiências preparatórias no novo código de processo civil japonês .....	65
4.3.4. Modelo inglês.....	68
4.3.4.1. Escorço histórico.....	68
4.3.4.2. O período pré-reformas <i>Woolf</i> .....	68
4.3.4.3. <i>Civil Procedure Rules (CPR)</i> e o Relatório Final <i>Woolf</i> de acesso à justiça ( <i>Lord Woolf’s Access to Justice</i> <i>Final Report</i> ) .....	70
4.3.4.4. O case management inglês e as Reformas <i>Woolf</i> .....	71
4.3.5. Modelo norte-americano.....	79
4.3.5.1. Considerações preliminares.....	79
4.3.5.2. Histórico da evolução.....	81
4.3.5.3. Os motivos das revisões da <i>Rule 16, FRCP</i> . Crise do Judiciário norte-americano na década de 1970.....	83
4.3.5.4. O case management norte-americano e a <i>Rule 16,</i> <i>das Federal Rules of Civil Procedure</i> .....	84
4.3.5.5. Nova revisão das <i>Federal Rules of Civil Procedure</i> .....	87
4.3.5.6. Análise de gerenciamento do processo ( <i>case</i> <i>management</i> ) dos EUA e Conferências Judiciais do <i>Federal Judicial Center</i> .....	89

4.3.5.7. <i>Brown v. Board of Education, quasi-administrative role e case management</i> .....	90
4.3.5.8. <i>Magistrate judges</i> .....	94
4.3.5.9. <i>Multidistrict litigation (MDL)</i> .....	95
4.4. NOTAS CONCLUSIVAS E TENTATIVA DE COMPILAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL TRANSNACIONAL (UNIDROIT).....	97
<b>5. GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT) E MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (ADR).....</b>	<b>103</b>
5.1. EVOLUÇÃO DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NOS EUA (ADR) E POSIÇÃO E IMPORTÂNCIA DO JUIZ NO GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT).....	103
5.2. MECANISMOS DE ADR NOS EUA.....	105
<b>6. DESPACHO SANEADOR, AUDIÊNCIAS PRELIMINARES AO JULGAMENTO, SANEAMENTO E CONSIDERAÇÕES SOBRE O GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT) NO BRASIL.....</b>	<b>111</b>
6.1. DEFINIÇÃO DE DESPACHO SANEADOR.....	111
6.2. DEFINIÇÃO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR .....	113
6.3. BREVE HISTÓRICO DO DESPACHO SANEADOR E DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR.....	116
6.4. O "MODELO DE STUTTGART" COMO INSPIRAÇÃO PARA A REDAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DO ART. 331, CPC/1973, O CÓDIGO MODELO DE PROCESSO CIVIL IBEROAMERICANO E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	119
6.5. FUNÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PRELIMINARES NO CPC/1973 E NO CPC/2015 .....	124
6.6. <i>CASE MANAGEMENT, PRETRIAL CONFERENCES</i> , SANEAMENTO DO PROCESSO E AUDIÊNCIAS PRELIMINARES AO JULGAMENTO.....	126
6.7. DIFERENÇAS DO GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT) E SANEAMENTO DO PROCESSO. ADEQUADA COMPREENSÃO DA EXPRESSÃO <i>GERENCIAMENTO DO PROCESSO</i> COMO <i>GERENCIAMENTO DE CASOS</i> .....	129
6.8. OBRIGATORIEDADE OU FACULTATIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS PRELIMINARES AO JULGAMENTO.....	131

6.9. CRITÉRIO DA NECESSIDADE DAS AUDIÊNCIAS PRELIMINARES AO JULGAMENTO.....	132
6.10. SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO E ACORDO DE PROCEDIMENTO NO CPC/2015.....	138
6.11. NOTAS CONCLUSIVAS.....	142
<b>7. MODELO BRASILEIRO DE GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT). PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES .....</b>	<b>145</b>
7.1. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT) .....	146
7.2. COGNIÇÃO NO GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT).....	149
7.3. PAPEL ATIVO DO JUIZ NA CONDUÇÃO DO PROCESSO. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ .....	150
7.4. FLEXIBILIDADE, MOMENTOS DE MAIOR INCIDÊNCIA DO GERENCIAMENTO DO PROCESSO E INFLUÊNCIA DE <i>BROWN V. BOARD OF EDUCATION</i> .....	153
7.5. NOVOS INSTRUMENTOS PROCESSUAIS PARA VELHOS CONHECIDOS. GERENCIAMENTO DO PROCESSO EM NÍVEL MOLECULAR.....	157
7.6. POSSÍVEIS BENEFÍCIOS .....	159
7.7. POSSÍVEIS CRÍTICAS .....	160
7.8. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O MODELO BRASILEIRO DE GERENCIAMENTO DO PROCESSO (CASE MANAGEMENT).....	160
<b>8. CONCLUSÕES.....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>183</b>
Anexo I – ZPO §§ 273-276.....	183
Anexo II - Arts. 148 a 178, CPC do Japão .....	186
Anexo III - Regras 16, 26 e 53, <i>Federal Rules of Civil Procedure</i> .....	195
Anexo IV - 28 U.S.C.A §1407. Multidistrict litigation.....	212
Anexo V - Rules of Transnational Civil Procedure .....	215